Linha Temática: PAP

Entre a faculdade e o trabalho: Expectativas de estudantes do ensino médio integrado do IFSP

Rogério de Souza Silva
Instituto Federal de São Paulo, câmpus São Roque
rogerio.souza@ifsp.edu.br

Rafael Batista Novaes
Instituto Federal de São Paulo, câmpus São Roque
rafael.novaes@ifsp.edu.br

Rafael Fabrício de Oliveira
Instituto Federal de São Paulo, câmpus São Roque
rafael.oliveira@ifsp.edu.br

Resumo:

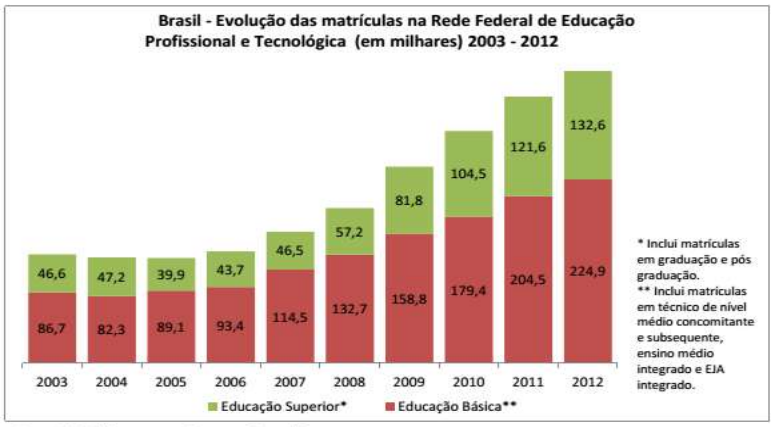
O presente tralhado analisa a expectativa dos ingressantes dos cursos de Ensino Médio Técnico Integrado em Administração e Alimentos do IFSP, *campus* São Roque, sobre o que pretendem fazer após o término do curso. Para isso, aplicou-se questionário junto ao universo pesquisado e avaliou-se os documentos oficiais da instituição que tratam da proposta dessa modalidade de ensino. Divergindo da intencionalidade da instituição ao inserir o ideário da modalidade de ensino em questão, qual seja, a inserção desses jovens no mundo do trabalho, os estudantes entrevistados demostraram almejar, ao término dos cursos, o ingresso no ensino superior ao invés do início de sua trajetória profissional de formação. Dessa forma, o presente trabalho pretende ser um indicativo de reflexão quanto ao papel dos cursos de Ensino Médio Integrado frente às expectativas dos discentes na contemporaneidade.

Palavras-chave: educação profissional, ensino médio técnico integrado, expectativa de estudantes.

Entre a faculdade e o trabalho: Expectativas de estudantes do ensino médio integrado do IFSP

Na última década, o Brasil registrou um vertiginoso crescimento de vagas na área de educação profissional (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2011). Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996), a educação profissional é todo processo de ensino e aprendizagem responsável por desenvolver a formação para o exercício de uma profissão, com o aprendizado de saberes ligados aos diversos exercícios do trabalho, tanto para estudantes, quanto para profissionais que buscam ampliar suas qualificações.

Muitas dessas vagas foram criadas em instituições públicas, especialmente na rede federal. Esse processo de expansão ganhou maior dinamismo após a implantação dos Institutos Federais (IF's) por meio da Lei 11.892/2008. No gráfico abaixo verifica-se o crescimento das matrículas nessa rede.



Fonte: INEP/Educacenso e Censup e Capes/Geocapes

Figura: Evoluçao das matrículas na Rede Federal de Educacao Profissional e Tecnológica de 2003 à 2012.

Na seção III da Lei 11.892/2008, intitulada "Os Institutos Federais têm por finalidades e características", lê-se no artigo 6º, inciso I, que a finalidade dos IF's é "ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional" (BRASIL, 2008).

A partir da vertente acima assinalada, percebe-se que o governo federal optou por expandir a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) através, principalmente, dos Institutos Federais. Outro ponto que é realçado trata da preocupação com a preparação dos estudantes para o mundo do trabalho.

Na seção III da mesma Lei, apresenta-se os objetivos dos Institutos Federais e no artigo 7º, inciso I, registra-se uma ênfase no ensino médio técnico integrado: "ministrar educação profissional técnica de nível médio, *prioritariamente na forma de cursos integrados*, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos" (BRASIL, 2008) [grifos nossos]. Persistindo nesse raciocínio, no artigo 8º encontra-se uma determinação de que 50% das vagas ofertadas pelos IF's serão destinadas ao ensino médio integrado: "No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinqüenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei [ensino médio integrado] (...)". Portanto, os IF's visam expandir, principalmente a educação profissional de nível técnico integrada ao ensino médio.

Essa ampliação das vagas da EPT tornou-se possível após a revogação do Decreto de Lei 2.208/1997, que inviabilizava o ensino médio técnico integrado e concretizava o modelo de ensino técnico concomitante ou subsequente ao ensino médio. No seu artigo 5º, lê-se que: "A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este" (BRASIL, 1997).

Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder presidencial e o rearranjo dos movimentos e organizações envolvidos com a EPT[1], aquele Decreto criado durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso foi revogada através do Decreto de Lei 5.154/2004. No artigo 4º, parágrafo primeiro deste último, registra-se que a articulação entre a educação profissional

[1] No artigo "A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita" (2005), Frigotto, Ciavatta e Ramos revelam algumas das lutas nos bastidores para a revogação do Decreto n. 2.208/1997.

técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: "I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno" (BRASI, 2004). Por conseguinte, o ensino médio técnico integrado poderia expandir-se em todo o país.

Dentre as abordagens contrárias à retomada do ensino médio técnico integrado, encontra-se a afirmação de que essa modalidade de ensino, da maneira como é desenvolvida no Brasil, cria uma espécie de "elitismo educacional". Segundo Eunice Durham (2010), foi durante o Regime Civil-Militar (1964-1985) que o governo federal criou uma rede de escolas técnicas de excelente nível e bem equipadas, as quais integravam o ensino médio propedêutico a uma formação técnica. Argumenta-se ainda que a qualidade de ensino dessa rede era igual ou superior à das melhores escolas particulares de nível médio do país, no entanto, custava de cinco a dez vezes mais do que as escolas secundárias estaduais.

De acordo com Durham, por conta do elevado custo de instalação e manutenção dessas instituições, a rede das escolas técnicas federais sempre foi pequena e atendia a uma minoria dos alunos de nível médio[2]. A autora aponta como uma anomalia associada à essa questão o fato de que, além da formação técnica, essas escolas se transformarem em

> (...) uma ótima preparação para o vestibular. Em virtude disso, as vagas passaram a ser disputadas por alunos provenientes das classes médias, que haviam cursado o ensino fundamental em escolas particulares, os quais, ingressando diretamente na universidade após a conclusão do curso técnico, não se dirigiam para o mercado de trabalho. Diante da grande procura, exigiam exame para ingresso, cuja disputa era tão grande como a que ocorria nos vestibulares das universidades públicas, com os mesmos resultados elitizantes. (DURHAM, 2010, p.171)

Portanto, para Durham (2010), no lugar de formar os filhos dos trabalhadores e técnicos altamente qualificados que entrariam imediatamente no mundo do trabalho, as escolas técnicas federais transformaram-se em cursos pré-vestibulares, atendendo a uma minoria privilegiada, isto é, filhos da classe média.

Para remodelar o quadro alertado por Durham, o governo federal criou políticas de ação afirmativa para garantir que os filhos das classes populares ingressem nesse novo ensino médio técnico integrado desenvolvido pela rede federal. Destarte, 50% (cinquenta por cento) das vagas dessa modalidade de ensino seriam destinadas aos estudantes egressos do ensino fundamental da rede pública ou àqueles que cursaram uma escola particular com bolsa integral. Com isso, defende-se que ao priorizar o estudante da rede pública do ensino fundamental, atende-se a população mais simples.

Conjugando a mesma linha de políticas de ação afirmativa, o governo federal desenvolveu medidas para garantir a permanência dos estudantes provenientes de camadas mais simples através do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Além disso, nos documentos oficiais percebe-se uma ênfase na categoria trabalho, indicando este como elemento norteador do ensino médio técnico integrado. Nos textos do

[2] A partir do Censo Escola 2010 do INEP, Rezende Pinto *et al.* (2011) apontam um quadro que revela como a rede federal de ensino médio técnico integrado é diminuta, "Considerando as diferentes modalidades apresentadas nesta tabela, constata-se que a rede estadual responde por 82% das matrículas, seguida pela privada (com 15%), pela federal (com 2%), ficando a municipal com 1%. Considerando apenas o ensino médio regular (que inclui a educação profissional integrada), os percentuais são, respectivamente, 86% (estadual), 12% (privada), 1% (federal) e 1% (municipal)". (p.643-4).

ex-secretário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), registra-se essa centralidade:

> A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social é seu elemento constituinte. (…) A educação para o trabalho, nessa perspectiva, se entende como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação – trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente. (PACHECO, 2011, p.29)

O destaque na categoria trabalho - dialogando com a ciência, tecnologia e cultura -, será reportado nos diferentes Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Político Pedagógico (PPP), Organização Didática (OD) e Plano Pedagógico de Curso (PPC) das instituições de Educação Profissional e Tecnológica do país. No PDI do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) verifica-se essa centralidade, já que o trabalho é "entendido como um processo que permeia todas as esferas da vida humana" (PDI, 2013, p.145). Ou seja, o "trabalho como práxis que possibilita criar e recriar, não apenas no plano econômico, mas no âmbito da arte e da cultura, linguagem e símbolos, o mundo humano como resposta às suas múltiplas e históricas necessidades" (PDI, 2013, p.145). Amparando-se em teóricos como Gaudêncio Frigotto (2005; 2011), Maria Ciavatta (2005; 2011) Marise Nogueira Ramos (2005) e Eliezer Pacheco (2011), o IFSP compreende o *trabalho como princípio educativo*.

Portanto, diferenciando-se da experiência praticada pelo Regime Civil-Militar, o PDI do IFSP alerta que o objetivo desse novo momento da educação profissional e tecnológica não está voltado para formar um profissional para o *mercado de trabalho*. Busca-se uma formação ampla, isto é, politécnica.

> O objetivo da formação profissional não é formar um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o *mundo do trabalho*. Nessa direção, a ideia de formação integrada se configura, buscando a superação da noção historicamente construída de divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Com isso, a profissionalização incorpora valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da práxis humana, ao integrar à dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa. (PDI, 2013, p.145-6) [grifos nossos]

Perpassando pelos vários documentos criados para balizar esse novo momento da educação profissional e tecnológica constata-se, especialmente no que se refere ao ensino médio técnico integrado, que o processo de ensino e aprendizagem a ser desenvolvido nos IF's estaria engajado em formar o estudante, membro das classes populares, para o mundo do trabalho, isto é, ao término de seu curso, o aluno proveniente das camadas simples estaria apto a iniciar sua profissão.

No entanto, os estudantes dessa modalidade de ensino do Instituto Federal de São Paulo do *campus* São Roque, quando questionados sobre a sua expectativa ao concluir o curso, em sua maioria, não apontaram o ingresso imediato ao mundo do trabalho como principal objetivo. Em consulta realizada junto aos calouros do ensino médio técnico integrado (em Administração e Alimentos) constatou-se que o principal objetivo da maioria é ingressar no ensino superior quando terminarem o nível médio. Além disso, a maior parte indicou que escolheu uma escola federal não necessariamente pela possibilidade de já sair com uma formação técnica de nível médio, mas pela qualidade educacional desenvolvida pela rede federal de ensino.

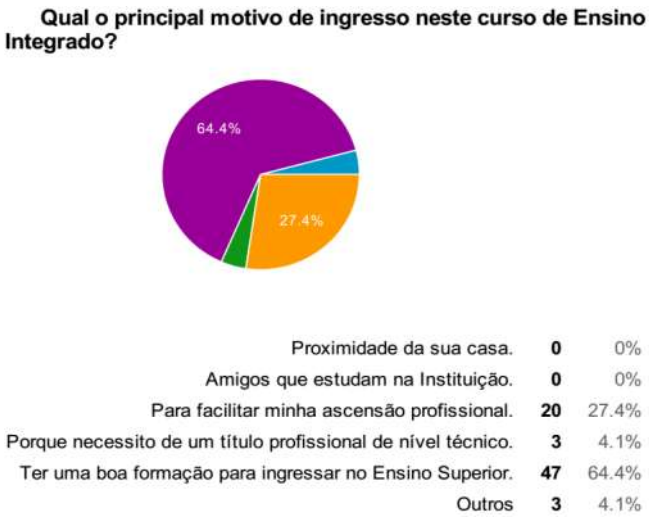


Figura 2: Quantidade de respostas dos alunos do IFSP *campus* São Roque à pergunta: "Qual o principal motivo de ingresso neste curso de Ensino Médio Integrado?"

Questionados sobre "qual o principal motivo de ingresso neste curso de Ensino Médio Integrado?", 64,4% (47 alunos) dos alunos apontaram o fato de ter uma boa formação para ingressar no Ensino Superior. Somente 4,1% (3 alunos) responderam que optou por esse curso "porque necessita de um título profissional de nível médio".

Embora tenham apontado o ingresso no ensino superior como principal objetivo em uma das perguntas, em outra pergunta, sobre a expectativa ao final do curso de ensino médio integrado, 63% (46 alunos) apontaram que esperam uma rápida inserção no mundo do trabalho. Curiosamente, nessa mesma pergunta, apenas 26% (19 alunos) indicaram que esperam continuar a graduação na mesma área de estudo do médio integrado.

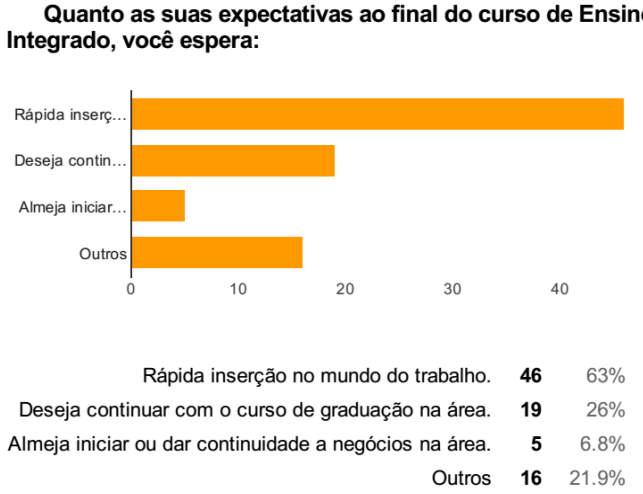


Figura 3: Quantidade de respostas dos alunos do IFSP *campus* São Roque à pergunta: "Quanto às suas expectativas ao final do curso de Ensino Médio Integrado, você espera"

A partir das respostas desses alunos do IFSP, *campus* São Roque surgem algumas questões para reflexão: 1) O novo ensino médio técnico integrado está voltado para preparar o seu aluno para o mundo do trabalho. Mas esses estudantes estão interessados em ingressar automaticamente no mundo do trabalho? 2) Os documentos balizadores dos Institutos Federais previram essa possível expectativa dos seus alunos do ensino médio técnico

integrado? 3) Os instrumentos adotados para evitar que o novo ensino médio integrado torne-se somente um pré-vestibular público são eficientes?

As questões apontadas acima pretendem ser um pontapé inicial e incipiente sobre o tema. Ressalta-se apenas que os documentos oficiais do IFSP, especialmente o PDI e o OD não discutem tais questões de maneira significativa. O PDI enfatiza apenas que gostaria de romper a imagem que o antigo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) possuía na cidade de São Paulo.

> A antiga Escola Técnica Federal, embrião histórico do IFSP, garantiu por décadas o status de ensino de alto nível na cidade de São Paulo, haja vista a posição privilegiada ocupada pelos cursos de ensino médio da instituição, até recentemente, no ranking estadual de avaliação através do ENEM, rivalizando com muitas instituições privadas de elite. (PDI, 2013, p.138)

A Organização Didática do IFSP aponta o Plano Pedagógico de Curso como o responsável pela materialização do currículo, "contemplando o perfil desejado para o egresso e abrangendo uma política cultural que envolva o conjunto de conteúdos comuns, específicos e eletivos, projetos, experiências, estágios relacionados à formação profissional e integral do estudante" (OD, 2015, p.08).

Analisando os PPC's dos cursos de ensino médio integrado em Administração e Alimentos do IFSP, *campus* São Roque, não se encontra uma discussão sobre os diferentes interesses e expectativas dos ingressantes com o curso e possíveis estratégias para evitar e atenuar frustrações, especialmente por parte dos jovens, em processo de formação.

Embora essa discussão seja insuficientemente abordada nos documentos institucionais do IFSP, o documento base voltado à educação profissional e tecnológica da SETEC/MEC, salienta que a política de formação profissional *stricto sensu* no ensino médio trata-se de uma "solução transitória e viável" à "politecnia ou educação tecnológica em seu sentido pleno", pois, diante da dura realidade socioeconômica do país, os jovens teriam de optar por uma profissão e trabalhar antes dos 18 anos.

> Essa solução é transitória (de média ou longa duração) porque é fundamental que se avance numa direção em que deixe de ser um luxo o fato dos jovens das classes populares poderem optar por uma profissão após os 18 anos de idade. (BRASIL MEC SETEC, 2007, p.24)

Com base nos dados do questionário, a expectativa da maioria dos alunos do *campus* São Roque se alinha com a missão de formação politécnica de qualidade apontada no documento da SETEC, e indicam que a formação profissional *stricto sensu* não é prioridade, embora possa ser útil para uma inserção "precoce" no mundo de trabalho. Dessa forma, cabe aos Institutos Federais adequarem os seus documentos-base e ações para equilibrar aquilo que foi pensado para o ensino médio integrado e as perspectivas de expectativas dos alunos.

Referências:

BRASIL. Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/1996.

____. Decreto n. 2.208/1997.

____. Decreto n. 5.154/2004.

____. Decreto n. 11.892/2008.

BRASIL. MEC-SETEC. *Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio. Documento Base*. Brasília: MEC, 2007

DURHAM, E. R. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. *Novos Estudos Cebrap*. N. 88, São Paulo, dez. 2010.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. *Educação & Sociedade*. Vol. 32, n. 116, Campinas jul./set. 2011.

PACHECO, E. *Instituto Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica*. MEC. São Paulo: Moderna, 2011.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO IFSP. São Paulo, 2013.

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA DO IFSP. São Paulo, 2015.

REZENDE PINTO, J. M.; AMARAL, N. C.; CASTRO, J. A. O financiamento do Ensino Médio no Brasil: de uma escola boa para poucos à massificação barata da rede pública. *Educação & Sociedade*. Vol. 32, n. 116, Campinas jul./set. 2011.